

HABITAÇÃO & CIDADE

PROGRAMA UNIFICADO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA APOIO À FORMAÇÃO DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO
PUB-USP | 2023-2024

CULTURA E EXTENSÃO

MORADIA & AUTOGESTÃO.

Movimentos de Moradia, Assessorias Técnicas e Universidade Pública.

Práticas, Articulações e Parceria.

Coordenação Geral: Profa. Camila D'Ottaviano | Departamento de Tecnologia | **FAUUSP**

Coordenação Adjunta: Prof. Jorge Bassani | Departamento de História | **FAUUSP**

Edilene Lira da Silva | Doutoranda *Habitat* | **FAUUSP**

Renata Miron de Aguiar | Doutoranda *Habitat* | **FAUUSP**

Thais Vellasco | Doutoranda *Habitat* | **FAUUSP**



HABITAÇÃO & CIDADE

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Resumo | 2 |
| 1. Justificativa e Finalidade | 3 |
| 2. Objetivos | 8 |
| 3. Material e Métodos..... | 9 |
| 4. Ações e detalhamento das atividades a serem desenvolvidas pelos bolsistas | 9 |
| 5. Resultados esperados e indicadores de acompanhamento..... | 10 |
| 6. Cronograma de Execução..... | 10 |
| 7. Referências..... | 11 |

HABITAÇÃO & CIDADE

Resumo

Este projeto de Extensão Universitária pretende dar continuidade às atividades do projeto de extensão OCUPAÇÕES NO CENTRO DE SÃO PAULO: ADEQUAÇÃO E MELHORIAS, iniciado em setembro/2019. Após quatro anos acompanhando ocupações vinculadas aos movimentos de moradia organizados atuantes no centro de São Paulo, o projeto agora inicia uma nova etapa a partir do acompanhamento de projetos habitacionais viabilizados pelos movimentos vinculados ao programa municipal Pode Entrar e, caso aprovados, ao programa federal Minha Casa Minha Vida Entidades.

O projeto está fundado na parceria já consolidada entre Universidade, movimentos de moradia e assessorias técnicas, sendo os técnicos responsáveis pelos projetos, pós-graduandos da FAUUSP.

A mudança de foco do projeto se deu com o início do desenvolvimento do projeto de reforma da ocupação Luis Gama, objeto do projeto OCUPAS anos III e IV, atualmente em desenvolvimento de projeto executivo de pela assessoria Integra Urbano a ser apresentado para o Minha Casa Minha Vida Entidades.

O projeto atual pretende acompanhar as várias atividades vinculadas ao projeto e desenvolvimento das obras (reforma ou construção de edifício novo) de projetos vinculados ao Movimento de Moradia Central e Regional (MMCR), parceiro do OCUPAS, à Unificação das Lutas de Cortiço e Moradia (ULCM), parceira do projeto BESEFOGO, e à União de Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), parceira de ambos projetos.

O projeto se vincula às atividades dos grupos de pesquisa CNPq Mutação e Habitação & Cidade, e aos projetos CNPq Moradia e Autogestão: práticas e perspectivas (Pesquisador) e Moradia e Autogestão: panorama, práticas e perspectivas (Projeto Universal), com seus desdobramentos necessários no âmbito da extensão universitária.

HABITAÇÃO & CIDADE

1. JUSTIFICATIVA E FINALIDADE

Os Movimentos de Moradia em São Paulo

Em São Paulo, os movimentos de moradia surgem nos anos 1970, a partir da organização das associações de trabalhadores, com reivindicações relacionadas à qualidade de vida dos moradores, em especial os moradores de cortiços, e dos bairros periféricos, em especial demandas relacionadas a infraestrutura, transportes e serviços.

A Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca/Movimento dos Quintais da Mooca, por exemplo, além de realizar estudos sobre a qualidade de vida dos moradores dos cortiços, se empenhou em organizar assembleias e reuniões onde a população, em sua maioria constituída de mulheres, se encontrava para reivindicar seus direitos. (D'OTTAVIANO 2021b e 2021c)

Em 1985, o movimento realiza sua primeira ocupação como forma de pressionar o poder público: ocupa por 5 dias a Secretaria do Bem Estar Social, até que o governo municipal se compromettesse a disponibilizar lotes para a construção de moradias. Quase no mesmo momento foi criado, na região periférica da cidade, o Movimento Sem-Terra da Região Leste I.

Em 1991 é criada a Unificação das Lutas de Cortiços – ULC, grupo que passou a congregar os vários movimentos ligados aos moradores dos cortiços da região central.

Em 1997 foi realizada a primeira ocupação de edifício vazio na cidade de São Paulo. Organizadas pela ULC, 300 pessoas ocuparam um casarão da Rua do Carmo n. 88, pertencente à Secretaria de Estado da Fazenda.

Desde então vários movimentos organizados de moradia foram estabelecidos na cidade de São Paulo, bem como articulações locais e nacionais desses movimentos, como a União Nacional por Moradia Popular (UNMM) e a Frente de Luta por Moradia (FLM).

A reivindicação dos movimentos via ocupação de imóveis vazios foi um importante instrumento na discussão sobre política habitacional, apresentando o cenário dos inúmeros edifícios vazios, deixando de ter um caráter específico e se inserindo na luta por moradia digna. Esta luta se estendeu além das questões habitacionais, passando a englobar em seu discurso o direito à cidade, a reforma urbana, o morar com qualidade, negando a especulação imobiliária e inserindo inúmeras pautas na discussão sobre o direito à moradia. (MURAD, 2019, p. 53)

Demanda Habitacional

A demanda por habitação de qualidade para a população de baixa renda segue sendo um problema sem solução no Brasil. Apenas na cidade de São Paulo, de acordo com o *Plano Municipal de Habitação*, de 2016, o déficit habitacional era 358.097 unidades.

Soma-se a isso o fim do Programa Minha Casa Minha Vida, em agosto de 2020, quando do lançamento do novo programa federal Casa Verde Amarela, que além de não prever qualquer tipo de subsídio para a população de baixa renda também não possui nenhuma modalidade ou proposta de provisão via autogestão com a participação dos movimentos de moradia.

HABITAÇÃO & CIDADE

Tabela 1 - Componentes do Déficit por Faixa de Renda, São Paulo, 2010

| Componente do Déficit / Faixa de Renda | Sem Rendimentos | Até 3 SM | De 3 a 6 SM | Total até 6 SM | % | |
|--|-----------------|----------|-------------|----------------|---------|--------|
| Domicílios Precários | 2.469 | 13.706 | 3.203 | 19.378 | 5,4% | |
| Coabitação Familiar | 5.136 | 53.214 | 45.314 | 103.664 | 28,9% | |
| Ônus Excessivo com Aluguel | 9.969 | 177.643 | - | 187.612 | 52,4% | |
| Adensamento Excessivo (Alugados) | 77 | 22.297 | 25.069 | 47.443 | 13,2% | |
| Déficit Habitacional Total | Nº | 17.651 | 266.860 | 73.586 | 358.097 | 100,0% |
| | % | 4,9% | 74,5% | 20,5% | 100,0% | - |

Fonte: PSP, 2016. Elaboração do CEM a partir de dados do Censo de 2010.

No levantamento de dados feito em 2016, a Secretaria de Habitação do município identificou também 445.112 domicílios em favelas, 20.702 domicílios em conjuntos habitacionais irregulares, 80.389 domicílios em cortiços e 15.905 pessoas em situação de rua. A maior concentração do déficit é justamente entre famílias com renda de até 3 salários mínimos, o grupo atendido pela Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). (Prefeitura de São Paulo, 2016)

Desde 2009, a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP) tem procurado implementar projetos que utilizem imóveis vagos na área central da cidade. Uma primeira pesquisa realizada pela FUPAM (Fundação para Pesquisa Ambiental da FAUUSP) identificou 53 edifícios passíveis de desapropriação na área central para fins de moradia.

Em 2012, a prefeitura iniciou o processo de desapropriação desses 53 edifícios no âmbito do programa Renova Centro [Programa de Habitação e Requalificação do Centro]. Um primeiro projeto – a “Casa do Ator” – de reforma do Edifício Cineasta, na avenida São João, se tornou exemplo do programa. No entanto, foram poucas as desapropriações efetivamente viabilizadas.

A realidade específica da área central fez com que também a proposta do *Plano Municipal de Habitação*, de 2016, definisse um programa de *Atuação Integrada na Área Central* e propusesse a criação de uma coordenadoria específica para a região.

O Plano Municipal previa várias frentes de atuação, tanto para provisão de moradias quanto serviços específicos:

- Programa serviço de moradia social;
- Programa provisão de moradia para aquisição;
- Programa locação social;
- Programa locação social de mercado;
- Programa Intervenção em cortiços.

Durante a gestão Fernando Haddad (2013-2016), a prefeitura notificou cerca de 1.000 imóveis para que cumprissem sua função social por meio do Parcelamento Edificação e Utilização Compulsórios (PEUC). Além disso, desapropriou alguns edifícios ocupados pelos movimentos de moradia, como o Mauá, o Prestes Maia e o Hotel Cambridge, como forma de viabilizar projetos de reforma via Programa Minha Casa Minha Vida

HABITAÇÃO & CIDADE

Entidades (MCMV-Entidades) (MURAD, 2019). Entre 2015 e 2016 a Companhia Metropolitana de São Paulo (COHAB-SP) realizou chamamentos para Edital de Chamamento de Entidades Organizadoras de Habitação de Interesse Social para a construção de 4.070 unidades habitacionais em terrenos da COHAB-SP, também via MCMV-Entidades. No total, foram selecionados 87 propostas, porém apenas 5 foram aprovados via MCMV-Entidades. (D’OTTAVIANO, 2021a)

Em 2018, já na administração João Dória (2017-2018), a prefeitura anunciou a venda de 900 imóveis da COHAB-SP avaliados em R\$ 500 milhões, como parte do *Plano de Desmobilização e Investimentos da COHAB-SP*. Os imóveis listados eram utilizados pelo estado e pelo município, abrigando órgãos públicos, entidades, mas também por empresas privadas.

Figura 1 – Ocupações da edifícios e terrenos na cidade de São Paulo



Fonte: G1/SEHAB. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/cidade-de-sao-paulo-tem-206-ocupacoes-onde-moram-45-mil-familias.ghtml>. Acesso em 02/maio/2018.

De acordo com declarações do então presidente da Companhia, Edson Aparecido, o objetivo era arrecadar verbas para investir na construção de novas unidades de interesse social e na regularização fundiária de 2.500 lotes uma vez que “com o Orçamento do setor da habitação, apenas em 121 anos seria possível enfrentar esse problema” (Folha de São Paulo, 03 de março de 2018). Entre os argumentos para defender a venda dos imóveis considerados bem localizados, ele defendia que os terrenos colocados à venda teriam um valor de mercado muito alto e, portanto, não seriam adequados para a construção de moradia de interesse social pela COHAB-SP.

HABITAÇÃO & CIDADE

A realidade da região central de São Paulo, com muitos edifícios vazios mas também com muitos edifícios ocupados por movimentos de moradia organizados e por moradores sem-teto, passou a ser tema importante do noticiário com o incêndio e desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, no dia 01 de maio de 2018. Edifício pertencente ao Patrimônio da União, desde 2002, tinha 11.000 metros quadrados de área construída. Foi sede da Polícia Federal e abrigou o INSS, mas estava desocupado desde 2003.

Após o incêndio, a Secretaria Municipal da Habitação, através do *Grupo de Mediação de Conflito*, realizou uma vistoria em 53 edifícios ocupados no centro da cidade. De acordo com dados da própria prefeitura, a cidade tinha, em meados de 2018, 206 ocupações onde viviam 45.872 famílias (Figura 1). (COMEC, 2019; D’OTTAVIANO & OTERO, 2020)

A realidade existente hoje na cidade de São Paulo e também em outras cidades brasileiras – grande déficit habitacional, presença de imóveis vagos e subutilizados e também de grande número de ocupações – faz com que a possibilidade do uso de edifícios e imóveis públicos não utilizados para fins de moradia tenha que ser encarada como solução possível.

Neste sentido, em a prefeitura de São Paulo lançou, em dezembro de 2019, o Programa “Pode Entrar” (Resolução CMH nº 132/2019), aprovado como lei em 2021 (Lei nº 17.638). Destinado a famílias com renda de até 3 SMs, o Programa deverá usar verba do Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurb) para a construção de “unidades habitacionais populares”. O programa prevê também a possibilidade de projetos de reforma e requalificação de edifícios pertencentes ao município, em especial aqueles localizados no centro da cidades, inclusive projetos selecionados nos chamamentos de 2015 e 2016.

O programa foi pesado como forma de atender à demanda das famílias de baixa renda excluída do PMCMV. Inicialmente o programa deverá ser desenvolvido integralmente com recursos do Fundurb, num investimento de 1 bilhão de reais ao longo do ano de 2020, com a previsão da construção de 10 mil moradias. A ideia é que após a fase inicial, o programa possa receber recursos complementares dos governos federal e estadual.

Autogestão e os programa Pode Entrar e Minha Casa Minha Vida Entidades (MCMV-Entidades)

Em sua dissertação de mestrado, Evaniza Rodrigues (2013), liderança da UNMP afirma que:

A proposta autogestionária propõe a melhoria das capacidades econômica, social e política dos setores populares. Além disso, a ação autogestionária empodera a comunidade, qualificando sua interlocução e a prepara pra os enfrentamentos com o poder público.

A definição de autogestão na área habitacional refere-se a ações em que a produção de moradias, ou a urbanização de uma área, ocorra com o controle dos recursos públicos e de obra pelos movimentos populares, pelas associações e cooperativas. (...)

Essa forma de atuação consiste não apenas na construção de moradias ou na urbanização, mas tem como pano de fundo o questionamento das estruturas sociais e econômicas, das injustiças sociais, como parte integrante do sistema econômico e da preponderância dada ao setor privado capitalista na produção do espaço construído e da cidade (...) (RODRIGUES, 2013, p. 25)

No entanto, a construção de uma política habitacional voltada à autogestão foi um processo lento. Os movimentos sociais foram atores importantes no enfrentamento das resistências, tanto do poder legislativo

HABITAÇÃO & CIDADE

quanto do poder executivo, a partir da sua atuação nas várias esferas institucionalizadas pela Constituição de 1988 (Conferências, Conselhos, audiências públicas). Outra frente importante de atuação para a incorporação da autogestão na produção de habitação de interesse social (HIS) na agenda pública foram as mobilizações nacionais: Caravanas pela Moradia, Jornadas de Lutas. (FERREIRA, 2014; e LAGO, 2012; RODRIGUES, 2013)

De acordo com a Cartilha de Autogestão em Habitação da União Nacional por Moradia Popular (UNMP):

Os movimentos de moradia deixam de atuar somente como um movimento reivindicativo que denuncia a desigualdade e a ausência de política pública para as necessidades imediatas da população, e passam atuar de forma propositiva, interferindo na construção da política urbana. Com base nas experiências vivenciadas, inserem a proposta dos mutirões autogestionários com a elaboração de iniciativas populares de lei e a criação de instâncias institucionais de participação.

O Movimento de Moradia passa a lutar pelo direito de interferir na política habitacional de forma propositiva nas várias expressões da questão urbana, nas favelas, nos cortiços, nos loteamentos irregulares e, principalmente, em defesa da produção da moradia por meio do processo autogestionário. Assim, a Autogestão se consolida como principal bandeira de luta da UNMP, que segue pressionando o poder público, nas esferas federal, municipal e estadual, para o atendimento das demandas e na formulação de propostas alternativas para a política habitacional numa perspectiva participativa. (UNMP, 2019, p. 10)

As primeiras experiências de produção habitacional por meio da autogestão remontam os anos 1980, sempre como experiências pontuais encabeçadas pelo governo municipal. O primeiro programa voltado à autogestão, o Programa Crédito Solidário, foi criado apenas em 2004. Desde então, é possível identificar experiências de provisão habitacional lideradas por associações, cooperativas e grupos populares, em vários estados brasileiros. Porém, é a partir da criação do MCMV-Entidades que essas experiências se consolidam. (FERREIRA, 1998; FERREIRA, 2014; MOREIRA, 2009; PASTERNAK & D’OTTAVIANO, 2014)

Como o PCS, o MCMV-Entidades destinava-se ao atendimento habitacional de famílias de baixa renda organizadas em associações ou cooperativas habitacionais com experiência comprovada na área e devidamente habilitadas pelo (extinto) Ministério das Cidades.¹ Dentre as modalidades do MCMV-Entidades destacavam-se: a *Compra Antecipada*, pra viabilização da compra do terreno e pagamento da assistência técnica; e *Construção ou Requalificação* de prédio habitacional. Seus recursos (não onerosos) eram oriundos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), provenientes do Orçamento Geral da União (OGU).

De acordo com o Ministério das Cidades, o MCMV-Entidades tinha como objetivo

atender às necessidades de habitação da população de baixa renda nas áreas urbanas, garantindo acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade”. Seria operado “por meio da concessão de financiamentos a beneficiários organizados de forma associativa por uma Entidade

¹ O Ministério das Cidades foi extinto em janeiro de 2019, quando da posse do presidente Jair Bolsonaro. Suas atividades e secretarias foram, em parte, incorporadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. Foi recriado em janeiro de 2023, com o início do novo governo Lula (2023-2026).

HABITAÇÃO & CIDADE

Organizadora – EO (Associações, Cooperativas, Sindicatos e outros), com recursos provenientes do Orçamento Geral da União – OGU, aportados ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS. (MCidades²)

O Programa poderia

ter contrapartida complementar de estados, do Distrito Federal e dos municípios, por intermédio do aporte de recursos financeiros, bens e/ou serviços economicamente mensuráveis, necessários à composição do investimento a ser realizado. (MCidades)

Com o início da operação do Pode Entrar e a perspectiva de reativação do Minha Casa Minha Vida Entidades, cabe acompanhar e vivenciar os primeiros projetos deste novo ciclo, possibilidade viabilizada a partir da parceria já consolidada por projetos anteriores. Cabe lembrar que para o desenvolvimento do estudo preliminar do projeto de reforma do edifício Luis Gama, a assessoria Integra Urbano utilizou o material do levantamento realizado pelo OCUPAS.

2. OBJETIVOS

O **Moradia & Autogestão** se baseia em parceria de mais de cinco anos da equipe da FAUUSP com o MMCR, ULCM, UMM-SP e as assessorias Integra Urbano e Ambiente Trabalhos.

3.1. Objetivo Geral

A partir de trabalho conjunto com as lideranças dos MMCR, ULCM e UMM-SP definir estratégias para o acompanhamento e registro das atividades e obras dos projetos Carlos Mariguella (Campos Elíseos), Zumbi dos Palmares (Tremembé) e Luis Gama (Várzea do Carmo).

3.2. Objetivos Específicos

- Ampliar o conhecimento dos alunos acerca da problemática habitacional da metrópole de São Paulo, promovendo o reconhecimento das demandas por moradia na área central por meio do contato com as ocupações por movimentos sociais organizados;
- Levar os alunos a reconhecer os potenciais e limites da ação do Arquiteto e Urbanista no enfrentamento da problemática habitacional, quer seja na escala dos programas habitacionais, quanto da ação pontual no território das ocupações;
- Realização de cadastro socioeconômico das famílias selecionados em cada projeto de forma a auxiliar o movimento de moradia na defesa dos direitos dessas famílias e na negociação junto ao poder público;
- Elaboração de material técnico de registro das atividades;
- Produção de documentário sobre os projetos.

² Descrição originalmente disponível na página do Ministério das Cidades, até dezembro de 2018. Essas e outras informações sobre o MCMV-Entidades não estão mais disponíveis nas páginas oficiais do governo federal.

HABITAÇÃO & CIDADE

4. MATERIAL E MÉTODOS

Etapa 1 – Acompanhamento das atividades da Assessoria Técnica/Assistente Social

Definição junto aos técnicos das assessorias técnicas e movimentos das atividades a serem acompanhadas nas obras e do trabalho social.

Etapa 2 – Acompanhamento das visitas às obras com as famílias

Acompanhamento das visitas às obras e demais atividades realizadas com as famílias beneficiárias dos projetos. Entre as atividades que se pretende acompanhar estão as reuniões dos grupos de trabalho e as assembleias.

Etapa 3 – Registro das Atividades

Será feito o registro detalhado das atividades, com fotos, vídeos e fichas específicas.

Etapa 4 – Produção de Registro em Vídeo sobre os projetos

Elaboração de vídeo sobre os projetos nos moldes do realizado pelo projeto BESEFOGO (https://www.youtube.com/watch?v=m_l880u45DE).

Etapa 5 – Realização de balanço com as lideranças, assessorias e famílias dos projetos

Ao final do projeto, por meio de oficinas participativas e discussões com as famílias, assessorias e lideranças dos movimentos envolvidos, será desenvolvido balanço de avaliação das ações desenvolvidas ao longo do ano, a fim de promover ajustes metodológicos e, também, para permitir aos alunos bolsistas identificarem as possibilidades e os limites de suas ações enquanto arquitetos e urbanistas em formação.

5. AÇÕES E DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELOS BOLSISTAS

Prevê-se, para a realização do projeto, a participação de, no mínimo, 6 (seis) alunos bolsistas, de modo a constituir duplas de bolsistas para cada dos projetos/obras: Carlos Mariguella (Campos Elíseos), Zumbi dos Palmares (Tremembé) e Luis Gama (Várzea do Carmo).

Cada dupla terá, sob seu encargo, as seguintes atividades:

- 1) Acompanhamento de atividades do projeto e da obra;
- 2) Acompanhamento das visitas feitas às obras pelas famílias beneficiárias;
- 3) Acompanhamento das atividades dos grupos de trabalho;
- 4) Acompanhamento das assembleias;
- 5) Organização do material;
- 6) Produção de vídeo.

HABITAÇÃO & CIDADE

6. RESULTADOS ESPERADOS E INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Os resultados esperados comportam duas dimensões: sob a perspectiva dos estudantes bolsistas, espera-se aproximá-los da realidade vivida por milhares de famílias de baixa renda da Região Metropolitana de São Paulo, permitindo expandir a compreensão acerca da problemática habitacional em toda sua complexidade, especialmente quanto às possibilidades de transformação do centro metropolitano, seus potenciais quanto à provisão habitacional e capacitá-los a intervir em contexto dessa natureza, formando arquitetos conscientes de seu papel social e tecnicamente aptos a desenvolver propostas de intervenção. Sob a perspectiva das famílias beneficiárias dos projetos, espera-se que registro detalhado de suas experiências e histórias de vida as empodere como cidadãos.

Os indicadores de acompanhamento serão definidos em função das etapas de desenvolvimento do trabalho, as quais produzirão subprodutos pelo seu cumprimento:

- 1) **Etapa 1 - Acompanhamento de atividades do projeto e da obra** – produção de base de dados e relatório preliminar com análise dos dados coletados;
- 2) **Etapa 2 - Acompanhamento das visitas feitas às obras pelas famílias beneficiárias** – produção de base de dados e relatório preliminar com análise dos dados coletados;
- 3) **Etapa 3 - Acompanhamento das atividades dos grupos de trabalho** - produção de base de dados e relatório preliminar com análise dos dados coletados;
- 4) **Etapa 4 - Acompanhamento das assembleias** - produção de base de dados e relatório preliminar com análise dos dados coletados;
- 5) **Etapa 5 - Organização do material** – elaboração de relatório das atividades realizadas e disponibilização da base de dados produzida para os parceiros;
- 6) **Etapa 6 - Produção de vídeo** – Produção de vídeo a ser disponibilizado no canal do Youtube da FAUUSP

7. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

| ATIVIDADE PERÍODO | Meses | | | | | | | | | | | |
|---|-------|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
| Etapa 1 - Acompanhamento de atividades do projeto e da obra | X | X | X | | | | | | | | | |
| Etapa 2 - Acompanhamento das visitas feitas às obras pelas famílias beneficiárias | | | X | X | X | X | | | | | | |
| Etapa 3 - Acompanhamento das atividades dos grupos de trabalho | | | | X | X | X | X | | | | | |
| Etapa 4 - Acompanhamento das assembleias | | | | | | X | X | X | X | | | |
| Etapa 5 - Organização do material | | | | | | | | | X | X | X | |
| Etapa 6 - Produção de vídeo | | | | | | | | | | | X | X |

HABITAÇÃO & CIDADE

8. REFERÊNCIAS

- COMDEC (2018). Relatórios Visitas Técnica de Requalificação de Segurança. São Paulo: PMSP/COMDEC.
- D'OTTAVIANO, C. & OTERO, E.V. (2022). Ocupações: moradia e resistência. *Interfaces – Revista de Extensão da UFMG*.
- D'OTTAVIANO, C. (org.) (2021a). Habitação, Autogestão e Cidade. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- D'OTTAVIANO, C. (2021b). 'The only solution for us is to look to the housing movements:' A account of women leadership in occupations of São Paulo. Artigo submetido para o número especial sobre *Housing Movements and Care: Rewriting the Politics of Housing* da revista *Antipode*. Artigo finalizado em março/2021.
- D'OTTAVIANO, C. (2021c). Brazilian housing movements and the fight for social rights. Artigo submetido para o número especial sobre *Situating Movements in Racial Capitalism: Housing as a Site of Oppression and Resistance* da revista *Environment and Planning C: Politics and Space*. Artigo finalizado em março/2021.
- FERREIRA, R. F.C.F. (2014). Autogestão e Habitação: entre a utopia e o mercado. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ.
- FERREIRA, P. E. B. (1998). Mutirão e Autogestão em São Paulo. Habitação Popular na Gestão Erundina. Cadernos de Pesquisa do LAP, no 27. São Paulo: FAUUSP.
- LAGO, L. C. do (org.) (2012). Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles/Letra Capital.
- MOREIRA, F. A. (2009). O lugar da autogestão no Governo Lula. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2009.
- MURAD, J. (2019). Ocupação, uma alternativa de moradia? O caso Prestes Maia. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAUUSP.
- PASTERNAK, S. & D'OTTAVIANO, C. (2014). Half a century of self-help in Brazil. In: J. Bredenoord; P. van Lindert; P. Smets. (Org.). *Affordable Housing in the Urban Global South*. Londres: Routledge, 2014, v. 1, p. 241-255.
- PREFEITURA DE SÃO PAULO (2016). Plano Municipal de Habitação de São Paulo. Caderno para Discussão Pública. São Paulo: Prefeitura de São Paulo/Secretaria Municipal de Habitação.
- RODRIGUES, E. L. (2013). A estratégia fundiária dos movimentos populares na produção autogestionária da moradia. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAUUSP.